

Comissão acolhe projeto que deve garantir recursos para a saúde pública

Proposta acolhida pela CCJ estabelece percentuais mínimos a serem aplicados por municípios, estados e União em ações e serviços no setor. Intenção, segundo o relator, é assegurar que milhões de brasileiros tenham condições mínimas de atendimento. **Página 8**

Passageiro pode ser indenizado

Companhia aérea terá de indenizar passageiro pela prática de *overbooking* – a venda de passagem acima da capacidade do avião –, conforme projeto aprovado pela CCJ. **Página 8**

Audiência vai debater o telemarketing

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou audiência a fim de recolher subsídios para examinar dois projetos que regulamentam a atividade de *telemarketing*. **Página 5**

Crivella quer limite à venda de bebidas

O senador Marcelo Crivella cobrou ontem uma decisão sobre projeto de lei de sua autoria que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de gasolina de todo o país. **Página 7**

Aprovado relatório, caso Renan vai agora ao Plenário

Por 20 votos a 1, a Comissão de Constituição e Justiça considera constitucional o relatório aprovado pelo Conselho de Ética que pede a cassação do presidente do Senado, por quebra de decoro parlamentar. A representação contra Renan Calheiros, acusado de ter despesas pessoais pagas por um funcionário da empreiteira Mendes Júnior, será agora votada pelo Plenário, em sessão secreta. **Páginas 3 e 4**



Casagrande (ao lado de Marisa Serrano e Quintanilha) defende o relatório, atacado por voto em separado de Wellington – considerado “demolidor” por Almeida Lima (com Tuma)



Por mais de três horas, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar discute a representação contra o presidente do Senado – afinal, acolhida por 11 votos a 4



Logo depois do Conselho de Ética, a Comissão de Justiça reúne-se extraordinariamente sob a presidência de Maciel (entre Agripino e Gilvam) e aprova relatório de Jereissati



Senador afirma que falsificação de carteiras de estudantes é um crime organizado nacionalmente

Arns: PF deve investigar carteiras falsas

Em audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social sobre os 50% de desconto para estudantes e idosos nos ingressos para espetáculos artísticos, culturais e esportivos, Flávio Arns (PT-PR) propôs que a comissão acione a Polícia Federal para investigar a falsificação de carteiras de estudantes em todo o Brasil.

O senador afirmou que as denúncias apresentadas na audiência mostram que a falsificação de carteiras de estudantes é um crime organizado nacionalmente e por isso é de competência da Polícia Federal. As denúncias foram feitas pela presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lúcia Kluck Stumpf, e pelo presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas (Feneec), Ricardo Defini Leite, entre outros.

Na reunião, a representante da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro, Bianca de Felippes, afirmou

que, depois da Medida Provisória 2.208, editada na gestão do então ministro da Educação Paulo Renato, o número de pessoas com carteira de estudante chegou a 90% em algumas salas do Rio de Janeiro, como o Teatro Leblon.

– Chegou a um nível que o Teatro Leblon teve um prejuízo de quinhentos mil reais, enquanto uma empresa vendeu cem mil carteiras de estudante e teve um lucro de três milhões de reais – declarou Bianca de Felippes.

A discussão foi promovida por sugestão dos senadores Flávio Arns e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autores

do projeto que propõe regulamentação federal sobre descontos para ingresso em espetáculos (PLS 186/07). Azeredo disse que pretende apressar a tramitação do projeto para que o assunto seja regulamentado com urgência. Já Flávio Arns frisou que o projeto de lei deverá criar normas para que a emissão das carteiras seja feita por um órgão oficial e definir um percentual de descontos para estudantes e idosos.

A proposta definirá também se haverá variação de descontos para diferentes dias da semana, como ocorre em Porto Alegre, onde vigora lei de autoria da ex-vereadora e atual deputada federal Manuela D'Ávila (PCdoB-RS).

J. Freitas

O presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), lembrou que milhões de jovens que estão fora da escola no Brasil não têm esse privilégio de receber desconto para ir ao cinema ou ao teatro. Ele defendeu mais investimentos para oferecer educação e cultura para todos.



Presidente da Comissão de Educação, Cristovam preside audiência conjunta

Meia-entrada chega a 90% dos ingressos, dizem exibidores

O presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas (FENECC), Ricardo Difini Leite, disse que depois da edição da Medida Provisória 2.208/01 a meia-entrada concedida com a apresentação das carteiras de estudantes chegou a 90% em algumas cidades, como Salvador. A MP permitiu que os estudantes apresentassem carteiras emitidas pelos próprios estabelecimentos de ensino.

Em Goiânia, o número de ingressos vendidos como meia-entrada chegou a 80% do público, disse Ricardo Leite.

– Nunca neste país se emitiram tantas carteiras de identidade estudantil falsas.

Ricardo Leite apontou como solução para o problema a extensão para o plano federal da Lei Municipal 9.989/06, de Porto Alegre, de autoria da então vereadora e atual deputada federal Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), que garante aos estudantes desconto de 10% nos finais de semana e feriados e de 50% nos demais dias da semana. O desconto de 50% em um dia da semana pode ser estendido a toda a população.

O representante dos empresários manifestou apoio à proposta de Flávio Arns para que somente tenham direito à meia-entrada os estudantes do ensino básico, fundamental e superior.

Já o presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos (Aberart), Ricardo Chantilly, afirmou que, de fato, hoje ninguém paga meia-entrada porque, para cobrir os custos dos espetáculos, o preço dos ingressos é dobrado. Na verdade, quem não apresenta carteira de estudante paga o dobro e ninguém tem desconto, declarou ele.

O representante dos idosos, João Batista de Medeiros, disse que é necessário manter a garantia do acesso do idoso à cultura e ao lazer com os descontos previstos no Estatuto do Idoso. O PLS 186/07 já mantém essa garantia, estendida também às pessoas com deficiência.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Senado recebe visita oficial do presidente de Moçambique

Às 10h, o Senado recebe a visita do presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza. A sessão do Plenário é deliberativa e tem início às 14h. Os senadores deverão votar o projeto que dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, profissional e de ensino médio.

CDH analisa projeto que cria Agência de Proteção à Criança e ao Adolescente

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) reúne-se, às 9h, para examinar, entre outros projetos, o que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente. Também em pauta o projeto que obriga a comunicação ao conselho tutelar da localidade em caso de maus-tratos contra crianças ou

CRE deve votar requerimento que convoca ministro e presidente do Incra

Deverá ser votado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), às 10h, requerimento que convoca o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, para prestarem esclarecimentos sobre assentamentos de famílias em áreas da floresta amazônica.

Comissão examina MP que aumenta subsídio da Carreira Policial Federal

Às 14h, será instalada a comissão mista para analisar a Medida Provisória (MP) 386/07, que reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei 11.358, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal. Serão eleitos o presidente e o vice-presidente da comissão e indicado o relator da MP.

Zonas de processamento de exportação na pauta da CDR

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa, às 11h, três projetos de lei que tratam da criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) nos municípios de Boa Vista (RR), Barra do Garça (MT) e Floriano (PI).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Alvaro Dias, Mão Santa e Expedito Júnior e pela senadora Serys Slhessarenko

Por 11 votos a 4 é acolhida representação do PSOL que aponta quebra de decoro parlamentar relacionada ao pagamento de pensão alimentícia

Fotos: Célio Azevedo



Na primeira fila, Heráclito (E), Jucá, Virgílio, Marconi, Demostenes e Jefferson. Entre Tuma e Almeida Lima (D), Wellington lê voto; Quintanilha, Marisa e Casagrande acompanham

Para Wellington, representação é improcedente

Na reunião do Conselho de Ética, o senador Wellington Salgado apresentou voto em separado, no qual considera improcedente a representação do PSOL contra Renan Calheiros.

Ao contestar pontos do relatório dos senadores Marisa Serrano e Renato Casagrande, Wellington afirmou que o laudo pericial da Polícia Federal concluiu que os documentos apresentados por Renan para justificar a origem de seus recursos não provam que o senador não teria condições de pagar pensão alimentícia à filha que tem com a jornalista Mônica Veloso.

Conforme laudo do Instituto de Criminalística, salientou Wellington Salgado, em 2005 Renan realizou empréstimo junto à locadora de veículos Costa Dourada, o que proporcionou ao senador um excedente de recursos.

Gontijo

Na opinião de Wellington Salgado, o fato de Renan ser amigo de Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior, não configura quebra de decoro punível com cassação do mandato. O senador também disse não existir nos autos comprovação de que a empresa tenha se aproveitado da amizade de seu funcionário com o presidente do Senado nem que tenha sido realizado algum pagamento, por parte da Mendes Júnior, à jornalista Mônica Veloso.

O parlamentar mineiro afirmou que a análise dos documentos e das declarações de Imposto de Renda de Renan mostra que os dados lançados nos livros-caixa apresentados para comprovar rendimentos obtidos pelo senador com atividade rural estão declarados nas informações remetidas à Receita.

Em sua defesa, Renan Calheiros alegou que atividades rurais seriam a fonte dos recursos utilizados para pagamentos da pensão alimentícia. Os relatores, no entanto, concluíram que ele não teria recursos suficientes para arcar com essas despesas.

Quanto à afirmação dos relatores de que as guias de trânsito animal (GTA) não estão de acordo com as notas fiscais de produtor (NFP), Wellington Salgado destacou que tais documentos não comprovam compra e venda, uma vez que são emitidos apenas para atestar que os animais foram vacinados.

Conselho aprova pedido de cassação de Renan

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou ontem, por 11 votos a 4, relatório pela procedência da representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), por quebra de decoro parlamentar, e conseqüente pedido de decretação de perda do mandato do senador. O conselho, com base no relatório, apresentou um projeto de resolução de perda de mandato, a ser votado em Plenário, em votação secreta, e cuja aprovação exige maioria absoluta de votos, ou seja, pelo menos 41 dos 81 senadores.

A representação do PSOL que esteve na pauta da reunião do conselho é a primeira das três representações a que Renan responde por quebra de decoro parlamentar, todas baseadas em denúncias publicadas pela revista *Veja*. Segundo o periódico, Renan tinha parte de suas despesas particulares pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da construtora Mendes Júnior. A revista referiu-se especificamente a uma pensão alimentícia paga à jornalista Mônica Veloso, com quem o senador tem uma filha de três anos.

Como o valor da pensão ultrapassava os rendimentos de um parlamentar, Renan apresentou, em sua defesa, uma série de

notas fiscais e extratos bancários que, conforme ele, comprovavam rendimentos externos com operações pecuárias em suas fazendas. A pedido do Conselho de Ética, a Polícia Federal realizou perícia na vida contábil do senador e comprovou a autenticidade de todos os documentos. No entanto, os peritos afirmaram que não era possível determinar que a pensão alimentícia foi efetivamente paga com recursos próprios, devido a uma série de “incongruências” que alegaram ter encontrado em relação a datas de saques e depósitos na conta do senador e da jornalista, bem como à comprovação de algumas transações comerciais relativas à venda de gado de propriedade de Renan.

Com a aprovação do relatório de Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES) pela perda de mandato, nem sequer chegaram a ser colocados em votação dois votos em separado que defendiam a inocência de Renan por falta de provas e pediam o arquivamento da representação. O primeiro voto em separado foi apresentado na quinta-feira pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE), que respondia pela relatoria da representação juntamente com Casagrande e Marisa Serrano.

Wellington Salgado (PMDB-MG), que apresentou ontem o

segundo voto em separado – um documento com 34 páginas –, alegou que o relatório aprovado pela procedência da representação continha vários “equivocos” e que as conclusões do texto estavam “desfocadas”. Ao rebater vários pontos do documento, Wellington disse ainda que algumas afirmações eram “desleais” e beiravam a “leviandade”.

Os dois relatores, bem como vários outros parlamentares que participavam da reunião, pediram a palavra para criticar o “tom pesado” utilizado por Wellington Salgado. Marisa Serrano afirmou que seu parecer foi técnico e feito “em cima da ética e do decoro”. Já Casagrande argumentou que trabalhou com base nos fatos e nas informações que obteve durante a investigação.

– Gostaria que o resultado fosse outro, mas não é. Essa é uma avaliação técnica e minha posição não permite que eu diga outra coisa – enfatizou Casagrande.

Almeida Lima defendeu o voto de Wellington Salgado.

– Vossa excelência foi simplesmente demolidor. O seu voto é irresponsável e serve para chamar a atenção dos senadores – destacou.

Votação

A decisão sobre o voto aberto foi tomada depois de uma lon-

ga discussão sobre o assunto, que ocupou parte da reunião do conselho da última quinta-feira. Apesar de o presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), ter sugerido votação secreta, com base em dispositivos constitucionais, recurso aprovado pela votação aberta, embasado nos mesmos dispositivos da Carta Magna, derubou os argumentos defendidos por Quintanilha.

Vários parlamentares solicitaram ontem a palavra para justificar seus votos. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), salientou que seu partido aprovava o relatório na íntegra e defendeu o envio imediato do projeto de resolução de perda de mandato à Comissão de Justiça (CCJ).

Votaram pela procedência da representação os senadores Augusto Botelho (PT-RR), João Pedro (PT-AM), Renato Casagrande, Eduardo Suplicy (PT-SP), Demostenes Torres (DEM-GO), Heráclito Fortes (DEM-PI), Marconi Perillo (PSDB-GO), Marisa Serrano, Jefferson Péres (PDT-AM), Romeu Tuma (DEM-SP) e César Borges (DEM-BA).

Pelo arquivamento do processo, votaram os senadores Eptácio Cafeteira (PTB-MA), Wellington Salgado, Almeida Lima e Gilvam Borges (PMDB-AP).

“Nossa missão foi cumprida”, afirma Casagrande

O senador Renato Casagrande, que elaborou, ao lado da senadora Marisa Serrano, o parecer pela cassação do mandato de Renan Calheiros aprovado no Conselho de Ética, afirmou, após o encerramento da reunião, que tem a sensação de “missão cumprida”.

– Qualquer senador que queira acompanhar nosso voto no Plenário tem base técnica para fazê-lo. Com base na análise da evolução patrimonial de Renan, fomos capazes de demonstrar que ele, de fato, não tinha condições materiais para arcar com

suas despesas – observou Casagrande.

O parecer será enviado à Mesa do Senado, que o encaminhará ao Plenário, onde será votado em escrutínio secreto. A expectativa é que a votação ocorra na próxima quarta-feira.

Casagrande disse acreditar que o Plenário do Senado vai procurar se manter “conectado com a sociedade”.

– Quero crer que o Senado vá dar o exemplo num processo interno que julga seu próprio presidente – ressaltou.

CCJ atesta que relatório aprovado pelo Conselho de Ética é legal, constitucional e sem vícios jurídicos, estando apto para ser votado pelos 81 senadores

Almeida Lima aponta falta de prova e pede o arquivamento do processo

O senador Almeida Lima (PMDB-SE), um dos relatores da primeira representação contra Renan Calheiros no Conselho de Ética, afirmou que a decisão do colegiado, pela cassação do mandato do presidente do Senado, foi “injusta e não reflete a verdade dos autos ou a prova que foi produzida”.

– Espero que o Plenário do Senado tome a decisão acertada, que é exatamente pelo arquivamento, diante da falta de qualquer prova que possa culpabilizar o senador Renan Calheiros – observou.

Almeida Lima assinalou ainda que o Plenário é o colegiado competente para votar e que, do Conselho de Ética, “sai apenas um parecer”. O parlamentar, que

defendia o voto fechado no conselho, voltou a criticar o processo de votação aberta, que a maioria dos membros do colegiado decidiu adotar.

– Os que declararam seu voto no Conselho de Ética cometeram um equívoco. Eles chegarão ao Plenário, onde a votação é fechada, a descoberto – declarou.

O parlamentar de Sergipe chegou a apresentar um voto em separado recomendando o arquivamento do processo, mas, diante da aprovação do relatório, o texto não foi posto em votação. Ele anunciou que continuará trabalhando pela absolvição de Renan Calheiros.

– Vou manter minha convicção – frisou Almeida Lima.

Para oposição, Senado seguirá recomendação do Conselho de Ética

De acordo com o senador Demostenes Torres (DEM-GO), o Plenário do Senado deverá “seguir a recomendação técnica dada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar”, que decidiu pela cassação do mandato do senador Renan Calheiros.

– Senador não é menino de pré-escola. Tem que votar de acordo com sua consciência e de acordo com as provas produzidas – destacou o parlamentar, para quem o Democratas e o PSDB deverão fechar questão pela cassação do mandato.

Demostenes lembrou manifestações inesperadas no Conselho de Ética, além dos 11 votos pela cassação de Renan. Para o parlamentar goiano, isso reforça a tese de que as provas foram “muito bem produzidas, o voto [dos relatores] foi bem feito e as provas são incontestáveis”. Ele disse acreditar que, no final do processo, irá prevalecer a vontade do conselho, e que esta irá se refletir nos votos

de todos os senadores.

Já o senador José Nery (PSOL-PA) defendeu o voto aberto no Legislativo e afirmou que os parlamentares devem votar no Plenário “com a mesma convicção” com que votaram no conselho.

– O voto é a opinião de cada parlamentar e tem que ficar exposta a todos os cidadãos que nos escolheram para aqui os representar – ressaltou.

José Nery afirmou esperar que o voto secreto sirva para “garantir isento e justo julgamento” e que os parlamentares não se utilizem da votação secreta para “esconder um ato de covardia ao optar por votar em desacordo com a conclusão a que se chegou no âmbito do conselho”.

Ao sair da reunião do Conselho de Ética, César Borges (DEM-BA) opinou que o resultado do colegiado, que decidiu pela cassação do mandato de Renan, “deverá se refletir necessariamente no Plenário”.



Ao lado de Heráclito (E), Maciel informa que pedido de cassação será publicado no Diário do Senado antes da decisão final

Comissão de Justiça encaminha relatório à decisão do Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado decidiu ontem, por 20 votos a um, que é legal, constitucional e livre de vícios jurídicos o relatório aprovado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pedindo a cassação do presidente do Senado, Renan Calheiros. O relatório, encaminhado à comissão na forma de projeto de resolução do Senado, não foi examinado no mérito, mas apenas nos seus aspectos formais ou jurídicos.

O voto contrário foi emitido pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), que reafirmou seu entendimento de que a votação aberta do processo no Conselho de Ética fere a Constituição, que

exigiria a decisão secreta não apenas no Plenário do Senado, mas em todas as instâncias da Casa.

O relator da matéria, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), proferiu seu voto depois de fazer uma retrospectiva do processo movido pelo PSOL contra Renan, observando que o conselho adotou os passos jurídicos exigidos para a apuração da denúncia e a elaboração do relatório assinado pelos senadores Renato Casagrande e Marisa Serrano. Entre 28 de junho e 12 de julho, em razão de alguns vícios, o processo foi saneado. Jereissati salientou também que ao presidente do Senado foi oferecida ampla oportunidade de defesa.

Em seu relatório, Tasso Jereissati assegura que houve “o rigoroso cumprimento do rito processual a que se referem a Constituição federal, o Regimento Interno do Senado Federal e a Resolução 20, de 1993, em todos os seus aspectos e, especialmente, quanto ao exercício do devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório”.

Ao final da reunião, o presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), informou que, após ser lido no Plenário, o projeto pedindo a cassação de Renan Calheiros será publicado no *Diário do Senado* e incluído na ordem do dia para julgamento pelos 81 senadores.

Resultados indicam tendência, afirma Jereissati

O senador Tasso Jereissati, relator na CCJ do projeto que recomenda a cassação do mandato de Renan Calheiros, disse acreditar que a votação no Plenário do Senado deverá refletir as decisões de ontem.

– As votações no Conselho de Ética e na Comissão de Consti-

tuição e Justiça são um indicativo bastante forte do que poderá ser a votação em Plenário. A estratégia, agora, é seguirmos rigorosamente todos os trâmites legais, para que seja assegurado a todos o direito de expressão, de defesa, e para garantirmos que o julgamento seja o mais transparente e limpo

possível – afirmou.

Autor do único voto contrário na comissão, Wellington Salgado esclareceu que adotou essa posição em nome da coerência, já que acredita que, de fato, há “vício de constitucionalidade no processo”, como já teria afirmado inúmeras vezes.



Quintanilha disse desconhecer pedido de inclusão de nova denúncia contra Renan

Quintanilha prevê tramitação rápida da segunda representação contra Renan

O presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), afirmou em entrevista à imprensa, após reunião do colegiado, que a segunda representação contra Renan Calheiros deverá ter um curso mais rápido. Isso, segundo observou, dependerá do ritmo dado aos trabalhos pelo relator, senador João Pedro (PT-

AM), da opinião firmada pelo mesmo sobre a defesa apresentada por Renan e da opção por realizar ou não oitivas.

Nessa representação, o PSOL acusa o presidente do Senado de tentativa de beneficiar a cervejaria Schincariol junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), onde a empresa teria uma dívida de

R\$ 100 milhões. O fato teria ocorrido após a empresa ter adquirido uma fábrica de refrigerantes do irmão de Renan, Olavo Calheiros, pelo dobro do valor de mercado.

O presidente do conselho disse ainda desconhecer qualquer pedido de aditamento à segunda representação do PSOL, referente a denúncia veiculada pelas revistas

Veja e *Época*, no último fim de semana, sobre o envolvimento de Renan em um esquema de arrecadação de recursos de ministérios vinculados ao PMDB.

Quanto à decisão sobre a cassação do mandato de Renan em Plenário, Leomar Quintanilha afirmou que caberá “à consciência de cada parlamentar”.



Mão Santa: "O Exército está alinhado com os interesses da sociedade brasileira"

Mão Santa lê nota do Exército sobre Lei da Anistia

Na condição de oficial da reserva do Exército, o senador Mão Santa (PMDB-PI) deu total apoio à nota assinada pelo comandante da Força, general Enzo Martins Peri, em que o militar afirma que a Lei da Anistia produziu a concórdia em toda a sociedade brasileira e que os episódios por ela tratados podem estar sujeitos a diferentes interpretações, conforme a ótica dos protagonistas.

– O Exército é uma referência em ética e moral e está alinhado com os interesses da sociedade brasileira – disse Mão Santa, que assinalou a solidariedade do Senado às Forças Armadas.

A nota, lembrou Mão Santa, resultou de reunião do Alto Comando do Exército, realizada no dia 31 de agosto, e rebateria críticas do ministro da Defesa, Nelson Jobim, à postura das Forças Armadas frente à questão da anistia.

Tião Viana saúda Tarso Genro por correção de injustiça

Tião Viana (PT-AC) elogiou o ministro da Justiça, Tarso Genro, a quem creditou a correção de uma injustiça que teria sido cometida contra Francisco Vicente Badenes Júnior em concurso para delegado da Polícia Federal realizado em 1993. Depois de um longo processo judicial, a nomeação foi publicada no último dia 3.

Em 1993, Badenes prestou concurso público para delegado da PF, tendo sido aprovado nas provas objetivas e considerado apto na primeira parte do exame psicotécnico, além da aprovação nos testes clínicos e de aptidão física. No entanto, na segunda fase do exame psicotécnico, de natureza subjetiva, fora considerado inapto, sem direito de vista nem de recurso, ficando impossibilitado de tomar posse no cargo.

– Configurou-se, então, de forma clara, uma violação de seus direitos humanos – disse Viana.

Comissão de Ciência e Tecnologia vai convidar representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça e da Agência Nacional de Telecomunicações

Regulamentação do telemarketing será tema de audiência pública

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem convite a representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), do Ministério da Justiça e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

para debater a regulamentação das atividades de telemarketing. Autor do requerimento sugerindo os convites, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) lembrou que dois projetos de lei que tramitam atualmente no Senado (PLS 243/04 e PLS 123/07) abordam essa questão.

Outros dois requerimentos



Senadores aprovam proposições em reunião presidida por Crivella

extrapauta também foram aprovados pela comissão: um apresentado por Wellington Salgado (PMDB-MG), que solicita a realização de audiências públicas para tratar da veiculação compulsória do programa *A Voz do Brasil* nas rádios do país, e o de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), solicitando uma audiência pú-

blica para debater a possível adoção de uma nova tecnologia para o rádio digital. Wellington Salgado e Crivella são, respectivamente, presidente e vice-presidente da comissão.

A comissão aprovou ainda 28 permissões ou autorizações – incluindo renovações – para o funcionamento de emissoras de rádio ou de televisão nos estados de Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo. As aprovações receberam votos favoráveis de todos os senadores presentes à reunião.

Projeto institui pensão proporcional ao tempo de contribuição ao INSS

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou a apresentação de projeto sobre a criação de pensão por morte para dependentes de pessoas que tiverem pago, no mínimo, 180 contribuições mensais ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ele lembrou que a Previdência Social foi constituída com o objetivo de não deixar ao desamparo as pessoas que trabalharam a vida inteira e também seus dependentes.

Paim considerou injusto o fato de pessoas que tenham contribuído com a Previdência por período insuficiente de tempo para obtenção de aposentadoria, porém maior que 15 anos, deixarem suas

famílias desamparadas, no caso de morte.

– Quero salientar que não se está buscando a concessão de uma vantagem sem lastro, já que a pensão por morte, como benefício não-programável, tem o seu custo embutido na contribuição previdenciária, mediante cálculos atualizados, e é concedida independentemente de carência.

O senador informou também sobre emenda constitucional de sua iniciativa que institui a hipótese de aposentadoria proporcional no âmbito do Regime Geral de Previdência Social. Pela proposta, homens com mais de 55 anos e mulheres com mais de



Paulo Paim propõe benefício aos que contribuíram por mais de 15 anos

50 anos, e com um mínimo de 20 anos de contribuição, poderão receber benefícios proporcionais ao tempo de contribuição.

Paim fez ainda um apelo à governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, para que receba comissão de servidores da Emater de seu estado a fim de discutir corte de 30% das verbas do governo estadual à instituição.

Flexa Ribeiro quer hospital no PA em operação plena

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez ontem um apelo à governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, para que coloque em funcionamento para atendimentos de média e alta complexidade o Hospital de Santarém. Inaugurado ainda na gestão do ex-governador Simão Jatene com toda a estrutura necessária, afirmou o senador, o hospital só está fazendo exames



Hospital de Santarém só está fazendo exames laboratoriais, protesta Flexa

laboratoriais e apenas atendimentos de segunda a sexta, das 7h às 18h.

O senador argumenta que a situação incha o atendimento em outras cidades, como a ca-

pital, Belém.

– O hospital está em condições de funcionamento desde dezembro – assinalou.

Flexa Ribeiro explicou que na gestão de Simão Jatene foram construídas três unidades de saúde nas cidades de Redenção, Altamira e Santarém, todas entregues com equipamentos e obras físicas, para serem colocadas em funcionamento no governo atual. Ele sugeriu que o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, vá à cidade ou envie um assessor de confiança para verificar sua queixa.



"Que conspiração é essa repetida pelo PT?", questiona Jarbas Vasconcelos

Jarbas: Lula e o PT mudaram relação com a imprensa

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que a chegada do PT e de Lula à Presidência da República modificou o relacionamento de ambos com a imprensa. Ele lembrou que, antes de chegar ao poder, o PT utilizava os meios de comunicação para transmitir uma imagem de partido ético, inovador e diferente dos demais. Depois que os veículos passaram a divulgar os escândalos do governo petista, Lula e seus companheiros passaram a reclamar de pautas e matérias e a apontar uma suposta conspiração dos jornalistas contra o presidente e seus correligionários.

– Que conspiração é essa repetida pelo PT? Foi a imprensa que comprou apoio dos deputados para votar a favor do governo? Foi a imprensa que ampliou os gastos com os cartões corporativos da Presidência? Foi a imprensa que quebrou o sigilo bancário de um simples caseiro? Foram os repórteres pegos transportando dólares em cuecas? Foram os editores que aparelharam a máquina pública federal? Os colunistas transferiram recursos de estatais para financiar campanhas petistas? Ou foram os articulistas que se envolveram com mortes suspeitas do PT no interior de São Paulo? – indagou Jarbas Vasconcelos.

Liberdade de imprensa

Na avaliação do senador, pode-se dizer que o PT "é o principal filho da liberdade de imprensa" obtida com o final da ditadura iniciada em março de 1964. Jarbas comentou que o relacionamento do partido com a imprensa foi bom até o surgimento de escândalos variados como o de Waldomiro Diniz, o dos vampiros, dos sanguessugas, dos Correios, do chamado dossiê dos aloprados e outros envolvendo bancos oficiais e estatais.

O mote para a mudança do relacionamento do PT com a imprensa, segundo Jarbas, foi dado pelo próprio Lula, logo após o episódio que ficou conhecido como mensalão. O presidente teria passado a posar de vítima.



Antonio Carlos Júnior posiciona-se contra a prorrogação da CPMF

Alerta para elevação de gastos primários do governo federal

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) alertou para a “expansão explosiva” de gastos primários do governo federal. Comentando palestra proferida pelo economista Rogério Werneck, da PUC do Rio de Janeiro, o senador disse que o crescente nível de gastos governamentais vem se contrapondo indevidamente ao crescimento modesto do PIB brasileiro.

Posicionando-se contra a prorrogação da CPMF, em discussão no Congresso, Antonio Carlos Júnior lembrou que, no período de 1994 a 2006, o dispêndio primário teve um crescimento médio anual de 5,6%, para uma variação do PIB de apenas 2,9%.

Conforme o senador, o governo, para alcançar o nível de investimentos dos países asiáticos, de 35% do PIB, precisa poupar mais recursos, e não seguir aumentando os gastos.

– Elevarmos o nível atual de investimentos [16%] para o patamar de 30% do PIB, praticamente o dobro do desempenho atual e ainda assim menos do que a média dos países asiáticos, exigirá grande esforço do setor privado, uma vez que o governo pouco investe e contribui com pouco mais de 6% do esforço para formação bruta de capital fixo – assinalou.

ACM

O senador registrou ainda a celebração de missa na Bahia na terça-feira, data em que seu pai, o senador Antonio Carlos Magalhães, completaria 80 anos.

Paulo Paim defende projeto afirmando ter recebido inúmeras manifestações de organizações sindicais com denúncia de demissão de representantes dos conselhos fiscais

Aprovada na CAS ampliação da estabilidade de dirigente sindical

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei que amplia o direito à estabilidade no emprego dos dirigentes sindicais para incluir os candidatos a membro do conselho fiscal de entidade sindical ou associação profissional, desde o registro da candidatura até um ano após o final de seu mandato, caso sejam eleitos, inclusive como suplentes.

Ao defender seu projeto (PLS 177/07), o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ter recebido inúmeras manifestações de organizações sindicais do país com denúncias de demissão dos representantes dos conselhos fiscais dos sindicatos.

O senador protestou contra nota



Paim: nota técnica não reflete posição de Carlos Lupi e de Lula

técnica que recebeu do Ministério do Trabalho segundo a qual os membros do conselho fiscal não representam, politicamente, os empregados sindicalizados, e assim não teriam direito à proteção da estabilidade no emprego.

– Tenho certeza de que essa nota não expressa a posição do ministro Carlos Lupi e muito menos do governo do presidente Lula, um

ex-dirigente sindical, como eu mesmo. A estabilidade de um dirigente não representa privilégio.

A CAS aprovou, ainda, requerimento de Papaléo Paes (PSDB-AP) para a realização de audiência pública destinada a instruir a regulamentação da Emenda Constitucional 29, de 2000, que assegura recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde.

Em relação ao projeto de lei que cria o Cartão de Seguridade Social (CSS) para identificar os segurados (PLS 269/07), a Comissão de Assuntos Sociais decidiu ouvir a Comissão de Assuntos Econômicos sobre os custos de implantação da medida.

Garibaldi celebra números do Orçamento do ano que vem

Garibaldi Alves (PMDB-RN) festejou ontem os números contidos no projeto do Orçamento para 2008. De acordo com ele, os valores em investimentos e gastos sociais são melhores porque há uma conjunção de fatores positivos, entre eles a queda da taxa de juros, o crescimento da economia e o aumento da arrecadação.

O bom momento, conforme Garibaldi, se refletirá também nos governos estaduais e nas prefeituras, os quais receberão a mais, em transferências obrigatórias, exatamente R\$ 17,3 bilhões – o total chegará em 2008 a R\$ 117,1 bilhões. Para o parlamen-

tar, o crescimento de 17,5% nas transferências se deve também à aprovação, pelo Congresso, do aumento de um ponto percentual no FPM e do novo Fundeb.

Garibaldi Alves considerou como um dos pontos mais relevantes do projeto orçamentário o aumento direto dos investimentos da União, que vão passar de R\$ 16,2 bilhões neste ano para R\$ 30,2 bilhões em 2008 – crescimento de 86,4%. Observou ainda que os investimentos das empresas estatais também baterão recordes, devendo chegar a R\$ 62,1 bilhões. A soma dos investimentos diretos do governo e de



Para Garibaldi, salário mínimo deve receber mais que a reposição inflacionária

seus estatais deve alcançar R\$ 92,3 bilhões.

O senador se mostrou feliz porque, a seu ver, o governo finalmente se convenceu de que o salário mínimo deve receber não apenas a reposição inflacionária, mas também o mesmo percentual do crescimento da economia.



Alvaro Dias apela a Jorge Rachid para que dê atenção a reivindicações

Alvaro cobra solução para servidores da extinta Receita

Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou preocupação com a situação dos servidores da extinta Secretaria da Receita Previdenciária, integrantes da carreira do Seguro Social. Ele cobrou do governo a efetivação da redistribuição desses servidores para carreira adequada na Secretaria da Receita Federal do Brasil, conhecida como Super-Receita.

– Os servidores integrantes da carreira do Seguro Social estão em exercício na Secretaria da Receita Federal do Brasil, de forma absolutamente precária desempenhando todas as suas funções, uma vez que essas migraram para a Receita Federal do Brasil com a extinção da Secretaria da Receita Previdenciária – destacou.

O parlamentar fez um apelo ao secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, para que dê atenção especial aos representantes da Associação Nacional dos Servidores da Receita Previdenciária (Unaslaf), em reunião já marcada para a próxima segunda-feira, a fim de tratar do problema.

Postos de pesagem

Em seu pronunciamento, Alvaro Dias protestou ainda contra a paralisação de postos de pesagem nas rodovias do Sul do país. O senador advertiu para o risco, devido à falta de fiscalização na região, de tráfego de veículos com excesso de carga, o que poderia contribuir para a deterioração rápida das estradas.



Mário Couto relaciona itens que foram comprados para o Palácio do Planalto

Mário Couto adverte que o governo Lula gasta mal

“O governo Lula gasta mal”, declarou ontem o senador Mário Couto (PSDB-PA) ao listar uma série de dados comparativos com o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo o senador, enquanto FHC gastou R\$ 38,4 milhões e utilizou 1.100 funcionários na Presidência da República em seu último ano de governo, Lula

gastou, apenas em 2004, R\$ 372 milhões e lotou 3.300 funcionários em seu gabinete.

Apenas com os cartões de crédito corporativos, Mário Couto disse que a Presidência da República no governo Lula gastou R\$ 47 milhões, a maior parte como saques em dinheiro vivo.

Couto relacionou alguns itens de alimentação que foram com-

prados pelo Palácio do Planalto para abastecer o presidente Lula e seus assessores por apenas três meses, como 600 quilos de bombons, 800 latas de castanhas de caju, 900 latas de leite condensado, 6 mil barras de chocolate, 35 mil latas de refrigerante, 1.344 garrafas de suco natural, 610 garrafas de vinho e 2.250 quilos de café, ou o equivalente a 2.145

xícaras por dia, além de 300 colchas, 300 lençóis, 300 fronhas, 50 travesseiros e 150 colchões.

Mão Santa (PMDB-PI) disse, em aparte, que havia algo errado com a lista, pois não constava a aguardente apreciada por Lula. Couto explicou que havia retirado esse item para evitar comentários, mas deixou as 800 latas de castanhas de caju “para tira-gosto”.



Até agora, ações não passaram de estudos técnicos e avaliações, reclama Raupp

Valdir Raupp pede que governo acelere construção de gasoduto na Amazônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ontem ao governo federal que acelere a construção e instalação do gasoduto Urucu-Porto Velho, que o senador considera é essencial para o desenvolvimento da região amazônica. Ele afirmou que “essa novela” se arrasta há mais de uma década, salientando que as ações, até agora, não

passaram de estudos técnicos e avaliações.

– De postergação em postergação, destaca-se um claro descaso com Rondônia, o Acre e toda a Amazônia – disse.

Conforme o senador, a construção do gasoduto geraria cerca de 3 mil empregos diretos. A essa altura, acrescentou, o gás já pode-

ria estar abastecendo as térmicas da região. Ele citou as múltiplas vantagens da utilização do gás na região, como a geração de energia limpa, mas disse perceber, nos últimos meses, afastamento e esmorecimento da iniciativa.

– Insisto com as autoridades responsáveis do governo Lula para que dêem início aos trabalhos

de implantação do gasoduto.

Pesar

Valdir Raupp também lamentou a morte do conselheiro do Tribunal de Contas do estado Jonathas Hugo Parra Mota e do engenheiro agrônomo João Valério da Silva Filho, que estava à frente da Delegacia Federal de Agricultura em Rondônia.

Para Serys, desafio brasileiro é crescer e preservar o ambiente

Serys Shessarenko (PT-MT) afirmou ontem que o Brasil tem o desafio de conciliar a preservação ambiental com o crescimento da economia, como forma de favorecer a geração de emprego e renda, a multiplicação do parque industrial e a produção de alimentos para consumo interno e externo.

A senadora ressaltou que o Brasil também precisa produzir energia limpa sem agredir o meio ambiente, induzindo outros países a adotar uma matriz energética que favoreça a natureza, sem que isso colabore para a redução da produção de alimentos.

Essas questões, informou Serys, foram debatidas durante o seminário “Etanol Mato Grosso/Brasil – Oportunidades e Desafios”, ocorrido na segunda-feira, em Cuiabá, por iniciativa da Assembléia Legislativa do estado, da Federação das Indústrias de



Serys: país deve gerar energia limpa sem reduzir a produção de alimentos

Mato Grosso, da Federação da Agricultura de Mato Grosso e do governo do estado.

Os participantes do encontro, disse a senadora, concluíram que a falta de logística é um dos principais entraves ao desenvolvimento da economia de Mato Grosso.

– A logística foi definida como condição primordial para que a expansão do estado se concretize – ressaltou Serys.

Expedito Júnior: Rondônia rejeita proibição do plantio de cana

Expedito Júnior (PR-RO) disse ontem, em discurso na tribuna, que Rondônia não aceita que o governo federal proíba, “com uma canetada”, o plantio de cana na Amazônia, como vem sendo noticiado na imprensa. Ele disse aceitar que seja discutido “com os amazonenses” um zoneamento agroecológico para a região, mas não a proibição pura e simples.

O senador informou que os municípios de Cerejeiras e Santa Luzia d'Oeste estão recebendo investimentos para construção de destilarias de álcool e frisou que as notícias desencontradas sobre o assunto podem paralisar os projetos. Segundo ele, as cidades precisam das usinas para reduzir o desemprego e se desenvolver.

Expedito anunciou requerimento para que o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, explique, na Comissão de Agricultura, a proposta de proibir o



Expedito Júnior diz aceitar discussão de zoneamento agroecológico para a região

plantio de cana na Amazônia.

Para o senador, o zoneamento agroecológico evitará a expansão desordenada do plantio de cana pelo país. Ele declarou ter apresentado projeto que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária (PLS 260/07) e prevê políticas agropecuárias fundadas no manejo correto do solo, das plantas e dos animais, na formação de pastagens e na recuperação de áreas degradadas.

Marcelo Crivella propõe limite à venda de bebidas alcoólicas

Proibição do comércio dos produtos em postos de gasolina, mudança da definição de bebida alcoólica e restrição a sua propaganda são temas de projetos apresentados pelo senador

Citando reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que noticiou o aumento do alcoolismo entre mulheres, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) lembrou ontem que há três anos tramita no Senado um projeto de lei (PLS 148/03) de sua autoria proibindo a venda de bebidas alcoólicas em postos de gasolina em todo o país. O projeto tem como relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

– Realmente, não tem cabimento essa prática comum nas grandes cidades, onde os jovens param os seus carros nos postos de gasolina, compram bebida alcoólica, bebem em grupo e saem com os seus carros em disparada – disse.

O senador informou que o projeto recebeu voto favorável do relator, o senador Antonio Carlos Magalhães, lamentando



Ligação doentia entre beleza, juventude e cerveja precisa ter fim, afirma Crivella

que o parlamentar, falecido em julho deste ano, não tenha tido oportunidade de apresentar o seu relatório.

Crivella pediu o apoio dos demais senadores ao seu novo projeto de lei, que altera a definição de bebida alcoólica e limita sua propaganda comercial nas emissoras de rádio e televisão. Ele explicou que a legislação atual considera como bebidas alcoó-

Fotos: Genildo Magalhães

licas aquelas com teor alcoólico acima de 13 graus Gay Lussac. Com isso, assinalou, a cerveja fica fora desse critério, apesar de já se saber que, acima de três doses, a bebida pode causar torpor e diminuir reflexos.

O senador salientou que uma série de estudos demonstra que, no Brasil, os jovens bebem cada vez mais e começam cada vez mais cedo. Ele disse que o projeto de lei segue a linha de conduta adotada pelos países desenvolvidos que estabeleceram políticas restritivas para o anúncio de bebidas alcoólicas, principalmente cerveja, pois estão preocupados com a saúde da população em geral e dos jovens de modo particular.

– Nas propagandas comerciais, essa ligação doentia de beleza, sensualidade, juventude, cerveja e sucesso precisa ter um fim em nosso país – asseverou.

Programas de apoio à juventude chegam a 4 mil cidades, diz Ideli

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), comunicou ao Plenário o lançamento, ontem, do “PAC da Juventude” pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa concentrará em um conselho os vários programas destinados a jovens com mais de 15 anos. Além disso, o governo pretende ampliar o número de beneficiários, que subirá dos atuais 500 mil para até 4,2 milhões de jovens.

De acordo com a senadora, o novo conselho – representado pelos ministérios do Desenvolvimento Social, da Educação e do Trabalho – irá cuidar de programas como Agente Jovem, Saberes

da Terra, ProJovem, Juventude Cidadã, Escola de Fábrica e Consórcio da Juventude. Os programas, a serem executados em cerca de 4 mil cidades, contarão com verbas de R\$ 5,4 bilhões até 2010.

Beneficiários

Ideli informou que mais de mil jovens beneficiados pelos programas estiveram na solenidade e deram testemunho pessoal sobre como a vida deles tem mudado. Ela lembrou que, de aproximadamente 50 milhões de brasileiros com idade de 15 a 29 anos, 4,5 milhões vivem em situação de miséria e serão objeto dos programas de apoio do governo.



Governo quer ampliar para 4,2 milhões os beneficiários de programas, informa Ideli

– São esses os que mais morrem, que mais sofrem com a violência. Entre os presos do país, a maior parte está na faixa de 18 a 25 anos de idade – assinalou a senadora, ao ressaltar que é preciso investir nos jovens para que eles possam ter a oportunidade de profissionalização e de uma vida melhor.

Projeto que regulamenta a Emenda 29, acolhido pela CCJ, prevê normas de controle dos recursos aplicados em saúde pela União, estados e municípios

Comissão aprova critérios para rateio de verba destinada à saúde

Em decisão unânime, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 29, definindo os percentuais mínimos a serem aplicados pela União, estados e municípios em serviços públicos de saúde.

O projeto (PLS-Complementar 121/07), com 33 artigos, fixa critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e estabelece normas de fiscalização, além de promover a avaliação e o controle das despesas no setor, nas três esferas de governo.

De acordo com o previsto na proposta, a União investirá, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, montante igual ou superior a 10% das chamadas receitas correntes brutas (tributárias, patrimoniais, industriais,



Para Tião Viana, a medida beneficia os brasileiros que usam hospitais públicos

entre outras). Caberá aos estados aplicar em saúde 12% da arrecadação dos impostos, enquanto os municípios devem empregar no setor 15% do mesmo total arrecadado. A proposição tem como objetivo garantir um financiamento estável para o setor.

– A regulamentação da Emenda Constitucional 29 representa uma

dívida do legislador para com toda a sociedade, especialmente com relação às camadas mais necessitadas – observou o senador Tião Viana (PT-AC), autor do projeto.

De acordo com o parlamentar, a falta de regulamentação da matéria faz com que os objetivos da chamada Emenda da Saúde não estejam sendo cumpridos.

Antônio Carlos Valadares fez coro com Tião Viana e lembrou que a aprovação da regulamentação fará com que “milhões de brasileiros passem a ter condições mínimas de atendimento nos hospitais públicos brasileiros”.

O projeto complementar segue agora para análise das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). Se o texto for acolhido por ambas as comissões, vai a votação em Plenário.

Medida contribuirá para resolver problemas do setor, diz Valadares

Ao comemorar a aprovação pela CCJ do projeto que regulamenta a aplicação de recursos pelos serviços públicos de saúde, Antônio Carlos Valadares opinou que a matéria permitirá uma melhoria considerável na saúde pública brasileira.

– Mesmo com a aprovação da PEC 29, ainda não existem mecanismos prático-legais de fiscalização de sua aplicação, nem sequer

a definição do que é uma ação de saúde, por exemplo. Essa falta de normatização legal trava os alcances e todas as boas intenções daquela emenda – explicou.

Como a emenda prevê o direcionamento dos recursos para o setor de saúde, Valadares ressalta que a aplicação correta das verbas resolverá muitos dos graves problemas enfrentados pelo setor. Conforme ele observa, a



“Falta de normas trava o alcance de ações em saúde pública”, afirma Valadares

medida beneficiará principalmente as camadas mais pobres da população brasileira.

Rosalba defende a regulamentação da Emenda 29

A crise na saúde pública levou a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) a pedir pressa na aprovação definitiva do projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 29, que estabeleceu percentuais mínimos de investimentos na saúde para estados, municípios e União.

Rosalba reconheceu os esforços do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para solucionar os problemas do setor. No entanto, ela acredita que os R\$ 2 bilhões em recursos emergen-



Rosalba também pede urgência na revisão dos honorários médicos do SUS

ciais prometidos pelo governo não serão suficientes sequer para pagar débitos do Sistema Único de Saúde (SUS).

A senadora defendeu a revisão dos honorários médicos do SUS, sem reajuste há mais de oito anos. Como exemplo dessa defasagem, informou que uma equipe médica da rede pública

recebe menos de R\$ 240 pela retirada de um tumor de laringe. Com a consulta ambulatorial fixada em pouco mais de R\$ 2, ela considera que o reajuste deveria ser superior a 90%.

A parlamentar destacou a aprovação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de requerimento seu e de Papaléo Paes (PSDB-AP) que solicita audiência para discutir a regulamentação da Emenda 29. Acrescentou ainda que a CAS deverá debater o reajuste da tabela de honorários do SUS.

Em seu pronunciamento, Rosalba parabenizou o município de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, por mais um aniversário.



Sob a presidência de Maciel (E), CCJ aprova projeto que amplia representação no Confea

Passageiro prejudicado por overbooking pode ser indenizado

As empresas aéreas poderão ser obrigadas a indenizar os passageiros em caso de excesso de reservas na aeronave – o chamado *overbooking*. Projeto nesse sentido, de Serys Slhessarenko (PT-MT), foi aprovado pela Comissão de Justiça (CCJ), onde recebeu parecer favorável do relator, José Maranhão (PMDB-PB).

De acordo com a proposta (PLS 114/04), o passageiro que deixar de embarcar em decorrência de *overbooking* terá direito a receber quantia equivalente à da tarifa cobrada em classe econômica para o trecho considerado. A indenização não exime a empresa de arcar com todas as despesas asseguradas em contrato. O projeto segue para análise das comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional

e Turismo (CDR).

A CCJ aprovou ainda parecer favorável a projeto que institui a representação dos estados e do Distrito Federal no plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). O órgão é responsável por fiscalizar e normatizar o exercício de cerca de 200 profissões. A matéria foi relatada pelo senador Edison Lobão (DEM-MA).

Marco Maciel (DEM-PE), presidente da CCJ, informou que o projeto do senador Mão Santa (PMDB-PI) que determina a realização de provas de concursos para cargos públicos federais em todas as capitais onde tenham sido computadas pelo menos 50 inscrições será a primeira matéria da pauta da reunião do colegiado da próxima semana.

Acolhido sistema de mobilização em caso de risco à soberania

Parecer favorável a projeto da Câmara que cria o Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob) foi acolhido ontem pela Comissão de Justiça (CCJ). Pela proposição, originária do Executivo, o presidente da República fica autorizado a implantar, por decreto, atividades de mobilização em caso de guerra ou ameaça à soberania nacional, bem como determinar a desmobilização assim que cessarem os fatos que geraram o quadro de crise.

Como lembrou o relator do projeto, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o mecanismo da mobilização nacional foi previsto na Constituição de 1988, mas nunca foi regulamentado, permitindo sua implementação. A matéria seguirá para exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), antes da decisão final em Plenário.

Mudanças nas regras da reforma agrária passam na CCJ

A Comissão de Justiça (CCJ) decidiu ontem pela apresentação de projeto destinado a eliminar artigo da Lei Complementar 76, de 1993, que determina – nos casos de desapropriação para fins de reforma agrária – depósito em dinheiro para pagamento de indenização de benfeitorias. A matéria teve origem em ofício (OFS 63/00) do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou inconstitucional o dispositivo.

A retirada da expressão “em dinheiro, para benfeitorias úteis e necessárias, inclusive culturas e pastagens”, garantirá o princípio de que os pagamentos são regidos pelo sistema de cartas precatórias, em que a decisão judicial obedece a ordem cronológica, nos limites das dotações previstas para esse fim. No caso da terra nua, o pagamento é feito por meio de título da dívida agrária (TDA).